

Behaviorismo radical: Esboçando pressupostos, dissidências e entrelaçamentos filosóficos

Silier Andrade Cardoso Borges

Resumo: Observa-se que a Análise do Comportamento se constitui usualmente enquanto campo do saber que envolve os conhecimentos aplicado e conceitual, mas é fato que incursões destacavelmente teórico-filosóficas ainda são escassas, casuais e comumente relegadas a segundo plano. A relevância da presente pesquisa consiste em possibilitar uma breve análise comparativa, através de levantamento bibliográfico de obras pertinentes, dos pressupostos teóricos e conceituais de autores diversos como Friedrich Nietzsche e Pedro Demo. A partir desta investigação, objetiva-se esboçar possíveis entrelaçamentos destes à filosofia da ciência do comportamento proposta por B. F. Skinner. Através da investigação filosófica, almeja-se estabelecer contornos nítidos entre definições precedentes ao Behaviorismo Radical, como mecanismo elucidador de definições como indutivismo, relação funcional, liberdade, mentalismo, modelo de causalidade, determinismo, método científico, probabilismo e selecionismo. Com o presente estudo, evidencia-se que a Análise do Comportamento se constitui enquanto ciência em dois movimentos: ao efetivar-se empiricamente, bem como ao abarcar pressupostos filosóficos que alicerçam seu campo conceitual.

Palavras-chave: Pressupostos filosóficos; behaviorismo radical; entrelaçamentos.

Introdução

Há muito tempo que a produção de conhecimento em Análise do Comportamento, enquanto sistema explicativo, é usualmente associado a pesquisa em processos básicos de aprendizagem no âmbito laboratorial/ experimental. Esta antiga definição tem dado lugar a uma compreensão multidirecional da mesma, o que possibilitou avanço de pesquisas conceituais e reflexivas que envolvem o Behaviorismo Radical e suas implicações no desenvolvimento de tecnologia e pesquisa aplicada. Um avanço consistente reside em compreender 'sistema explicativo' como conjunto conceitual sistemático que objetiva abarcar um espectro de fenômenos que compõem um objeto de estudo dado. De acordo com Skinner (1998, p. 10), "se esta fosse uma questão meramente teórica, não haveria motivo para alarme; mas as teorias afetam a prática. [...] Confusão na teoria significa confusão na

prática”. Como aponta Lattal (2005), a relevância da análise conceitual, além de consenso entre pesquisadores, implica e é implicada pelas transformações de outros saberes, constituídos pela relação dinâmica e interdependente entre ciência básica, ciência aplicada e tecnologia.

Muito embora a literatura usual defina o Behaviorismo Radical como a filosofia da ciência do comportamento, e portanto um corpo teórico delimitado que objetiva tecer explicações do comportamento, deve-se compreender que quaisquer filosofias se constituem a partir de investigações conceituais precedentes: a ausência de sentido histórico, segundo Nietzsche (2005), é apontado como uma falta filosófica, e também científica. Carrara (2004), por sua vez, nos indica que existe um terreno fronteiro de natureza tênue entre a Psicologia e a Filosofia, de forma que não devemos considerar a Psicologia como uma desvinculação absoluta do campo filosófico, pois dela deriva e constitui saberes intercomunicáveis. Compreendido como objeto de exaustivas investigações e incursões teóricas, autores diversos têm com relativa frequência evidenciado a relevância de tais estudos, abarcando observações sistemáticas de questões como o conceito de causalidade, conhecimento e relação funcional na proposta skinneriana de compreensão do comportamento humano. Sem a pretensão de esgotar tal análise, o presente artigo reconhece sua limitação em não abarcar teóricos que contribuíram para a teoria de Skinner, como Mach, Ryle e Darwin.

Assim como uma bibliografia vasta pode ser indicada para a observância da contribuição dos respectivos autores, esses (e outros) teóricos, embora reconhecidamente relevantes para a compreensão integral do Behaviorismo Radical, ficarão de fora total ou parcialmente da presente análise: assim como lidamos com uma ciência probabilística, evidentemente que ainda podemos argumentar acerca da impossibilidade humana de resgatar todas as variáveis

históricas responsáveis pela formulação e manutenção do que hoje se entende por Behaviorismo Radical.

Ademais, é importante sobretudo salientar que o Behaviorismo Radical tem sido objeto de análise epistemológica por diversos autores, sem necessariamente encontrar consenso em todas as análises veiculadas. Esta multiplicidade interpretativa da obra de Skinner não se deve a uma suposta inexatidão dos dados fornecidos pela literatura corrente, mas de diferenças entre os referenciais utilizados pelos diversos autores que examinam as suas obras, como nos evidencia Tourinho (2003).

Finalmente, deve-se destacar que a presente pesquisa não tem como objetivo o levantamento dos vários personagens históricos que possivelmente contribuíram para a formação contemporânea do Behaviorismo; seria essa uma demasiada pretensão. O que se busca com esta revisão de literatura é a identificação de possíveis convergências e dissidências filosóficas de um número restrito de autores através de um levantamento conceitual bibliográfico que poderá auxiliar na discussão das questões teóricas presentes em uma investigação do comportamento humano.

Causalidade, liberdade, determinismo e probabilismo

“A própria questão da causalidade em Psicologia continua constituindo objeto polêmico de discussões intermináveis, porque é a partir deste conceito central que qualquer corrente ou abordagem teórica adquire (ou perde) sentido” (CARRARA, 2004, p. 31). A partir deste preceito, se verifica a relevância de se debruçar e lançar luz sobre o tema. No que se refere à questão entre causalidade e determinismo no behaviorismo radical, deve-se considerar que a origem do problema geralmente consiste na ausência de consenso entre pesquisadores comportamentais acerca da definição de determinismo (GUIMARÃES,

2008). Assim sendo, alguns autores costumam não rotular esta ciência como determinista, visto que, para os mesmos, tal comparação resulta em uma indevida associação à perspectiva mecanicista. Muito embora se aponte uma contradição entre determinismo e probabilismo, ao se supor que se algo é provável não é determinado, deve-se considerar que, para Skinner (2006), definir a ciência do comportamento como determinista não é necessariamente anular o seu caráter probabilístico.

À primeira vista, as observações de Skinner sobre a regularidade do comportamento humano e sobre a necessidade do pesquisador investigar as variáveis da qual o comportamento é função, parece um indicativo de um modelo causal estritamente determinista. Certa feita, afirmou Skinner (1998, p. 7):

Se vamos usar os métodos da ciência no campo dos assuntos humanos, devemos pressupor que o comportamento é ordenado e determinado. Devemos esperar descobrir que o que o homem faz é o resultado de condições que podem ser especificadas e que, uma vez determinadas, poderemos antecipar e até certo ponto determinar as ações.

Muito embora Skinner retrate o determinismo como critério para a concretização da cientificidade, o autor ressalta sua ciência como determinista apenas objetivando contrapor aos modelos de indeterminação e do casual na investigação do comportamento. Essa perspectiva é melhor percebida quando ele diz que “não se pode aplicar os métodos da ciência em assunto que se presume ditado pelo capricho” (SKINNER, p. 7). Mesmo assumindo que o comportamento humano é determinado, a noção implícita em ‘determinismo probabilístico’ nos aponta o fato de que o que sabemos sobre o comportamento é limitado e modesto (LAURENTI, 2008). Logo, afirmar que os enunciados formulados por um analista do comportamento são apenas prováveis, traz repercussões epistemológicas, metodológicas, conceituais e também práticas, no que concerne a aplicação da tecnologia dela derivada.

Muito embora mesmo no âmbito da Filosofia da Ciência não haja consenso quanto a um conceito inequívoco de explicação científica, as explicações causais, implicadas em um ponto de vista determinista, são necessárias para que uma Psicologia alcance o status de ciência (CARRARA, 2004). Por outro lado, no que concerne a premissa skinneriana, alguns artigos têm questionado o caráter de determinismo absoluto defendido por pesquisadores behavioristas. É evidente que tais questionamentos conceituais repercutem em outras discussões, como a controvertida, e pouco compreendida, definição de autocontrole e liberdade no behaviorismo radical. Afinal, se é o comportamento controlado/ determinado por variáveis ambientais em uma relação interdependente entre homem e mundo, o entendimento de liberdade tal como vulgarmente compreendido e amplamente divulgado não pode se fazer presente. Para Skinner (1998; 2006; 1983), o homem não é livre quando seu comportamento é produto de um dado tipo de controle: quando o homem está sob controle de estimulação aversiva, ou quando seu comportamento produz consequências reforçadoras a curto prazo, mas que a longo prazo se revelam aversivas, produzindo o chamado ‘escravo feliz’ (LAURENTI, 2009). Assim sendo, Skinner define a liberdade sem concebê-la antagonicamente a concepção de determinismo, inclusive propiciando uma compreensão mais amplamente estruturada do conceito do que a oferecida pela chamada ‘literatura da liberdade’.

Laurenti (2008) cita Laplace para evocar diferentes formas de determinismo. Se o determinismo é entendido sob um prisma epistemológico (análise esta de influência positivista), então a ciência do comportamento é probabilística devido à ‘incapacidade perceptual’ do pesquisador em identificar todas as variáveis que controlam o comportamento (segundo o empiricista Hume, se trataria da “ignorância das causas”).

Sob a perspectiva do determinismo ontológico, a ciência reside apenas no nível probabilístico porque há sempre o acaso, espécie de elemento desviante das regras e leis gerais. Assim como Pierce, James foi um pragmatista favorável à compreensão de que a ciência apenas poderá explicar probabilisticamente as relações do mundo porque a natureza só é aproximadamente uniforme, e que a precisão da explicação científica reside em abarcar em maior número desvios irregulares da lei geral (LAURENTI, 2008).

Dissidências conceituais e crítica ao tradicionalismo filosófico mentalista

O conceito de mente, amplamente discutido por Skinner, é com frequência problematizado: afirmou, dada vez, que a ela é atribuída as mais impressionantes habilidades, dada sua suposta sofisticação. Ademais, “todos nós falamos da mente com pouca ou nenhuma hesitação, mas estacamos quando solicitados uma definição. [...] Talvez seja da essência mesma da mente não poder ser definida” (SKINNER, 1995). São inúmeras as passagens em suas obras acerca do que rotulara de ‘mentalismo’, mas vale destacar uma delas:

As explicações mentalistas acalmam a curiosidade e paralisam a pesquisa. É tão fácil observar sentimentos e estados mentais, num momento e num lugar, que fazem parecer sejam elas as causas, que não nos sentimos inclinados a prosseguir na investigação. Uma vez, porém, que se começa a estudar o ambiente, sua importância não pode ser mais negada (SKINNER, 2006, p. 17).

Freud, Spencer, Bergson, Descartes, Schopenhauer, Platão e Nietzsche não se isentaram das ocasionais (e ásperas) críticas. Curiosamente, a crítica ao mentalismo se faz presente em diversos trechos de uma mesma obra, muito embora comumente realizada em passant, devido talvez à natureza introdutória do livro consultado (Sobre o Behaviorismo):

Engano mais sério se faz ao converter o instinto numa força. Dificilmente falaremos em força ao explicar o fato de um organismo digerir seu alimento ou desenvolver imunidade a uma doença; todavia, tal conceito frequentemente aparece quando se discute a relação de um organismo com o seu ambiente. A 'força vital' de Herbert Spencer, a 'vontade cega de existir' de Schopenhauer, e o 'elan vital' de Bergson são exemplos progressos da conversão de processos biológicos em formas mais energéticas ou substanciais. (SKINNER, 2006, p. 35).

Com relação a Nietzsche, algumas semelhanças podem ser apontadas, mas as diferenças são muito mais significativas. Deve-se considerar que, devido ao caráter precursor de quaisquer comparações entre ambos os autores, tais tentativa incorram em inevitável superficialidade. De todo modo, Skinner formou-se em letras e Nietzsche era filólogo. Cada um, ao seu modo, se interessava pela cultura e pela linguística antiga (em especial a grega) e eram críticos do excesso de metafísica nas investigações da ação humana. Entretanto, para Skinner, as observações de Nietzsche ainda eram demasiada obscuras e supostamente aprofundadas, requerendo, portanto, uma objetividade da qual carecia o filósofo:

Substantivos abstratos levam o leitor às profundezas. “A liberalidade entre os ricos”, disse Nietzsche, “é frequentemente apenas uma forma de timidez”. Há algo de profundo nessa máxima que falta a uma simples descrição do comportamento. [...] Explicações em profundidade são comuns em escritos históricos. [...] Mas a liberação da cobiça e da ganância parece ir ao cerne do problema, enquanto as meras contingências permanecem na superfície (SKINNER, 2006, p. 140).

Skinner (1998, 1983, 1995) foi assumidamente um defensor da ciência e do método científico, frequentemente concebendo a ciência do comportamento como uma ciência natural, ao lado da Física, da Química e da Biologia. Acreditava que um senso de ordem poderia surgir da observação acuidosa da formulação científica e defendia seus resultados tangíveis como única solução plausível para o bem-estar social e o futuro da humanidade.

Poucos filósofos criticaram tanto a ciência como Nietzsche usualmente fazia. Acreditava que toda a inferência lógica e convicção eram falaciosas por natureza, pois derivavam de impulsos ilógicos emanados do próprio corpo. Desprezava o objetivo da ciência como proporcionar ao homem o máximo de prazer e oferecer o menor desprazer possível, pois acreditava que prazer e desprazer são facetas humanas entrelaçadas, inseparáveis e igualmente equivalentes (NIETZSCHE, 2001).

Ambos criticavam o mecanicismo implícito no modelo de causalidade, embora Nietzsche tenha sido muito mais severo em suas críticas. Skinner recusou o modelo de causalidade tradicional e adotou o modelo de relação funcional na explicação e descrição do comportamento (conforme se verá mais adiante), admitindo em termos probabilísticos a interação entre as variáveis envolvidas entre comportamento e ambiente. Em 1974, ao questionar o modelo tradicional de causa e efeito, afirmou:

Tendemos a dizer, muitas vezes de modo precipitado, que se uma coisa se segue outra, aquela foi provavelmente causada por esta – de acordo com o antigo princípio segundo o qual ‘post hoc, ergo propter hoc’ (depois disto, logo causado por isto). Dos múltiplos exemplos de explicação do comportamento humano, um deles é aqui especialmente importante. A pessoa com a qual estamos mais familiarizados é a nossa própria pessoa; muitas das coisas que observamos pouco antes de agir ocorrem em nossos próprios corpos e é fácil tomá-las como causas de nosso comportamento (SKINNER, 2006, p. 13).

Nietzsche, embora aparente se aproximar de Skinner e Mach no que concerne à crítica ao modelo de causalidade, na verdade deles se distancia, ao ignorar quaisquer modelos possíveis de causalidade. O filósofo acreditava que se um homem fosse dotado de capacidade perceptiva ilimitada, perceberia os fenômenos do mundo como um ininterrupto ‘continuum’, fenômenos esses que os

cientistas se habituaram a isolar algumas partes a fim de analisá-los fragmentariamente (reducionismo):

Em cada caso, a série de ‘causas’ se apresenta muito mais completa diante de nós, e podemos inferir: tal e tal coisa têm de suceder antes, para que venha essa outra – mas nada compreendemos com isso. [...] Operamos somente com coisas que não existem, com linhas, superfícies, corpos, átomos, tempos divisíveis, espaços divisíveis [...]. Um intelecto que visse causa e efeito como um continuum, e não, à nossa maneira, como arbitrário efacelamento e divisão, que enxergasse o fluxo do acontecer – rejeitaria a noção de causa e efeito e negaria qualquer condicionalidade (NIETZSCHE, 2001, p. 140).

Igualmente, um antigo problema epistemológico entre ‘descrição’ e ‘explicação’ se faz presente tanto em questões pertinentes ao Behaviorismo Radical (LAURENTI; LOPES, 2009), quanto em elucubrações nietzscheanas:

‘Explicação’, dizemos; mas é ‘descrição’ o que nos distingue de estágios anteriores do conhecimento e da ciência. Nós descrevemos melhor – e explicamos tão pouco quanto aqueles que nos precederam (NIETZSCHE, 2001, p. 140).

A despeito de ocasionais aproximações, as divergências entre ambos se tornam mais evidentes quando se trata da relevância da ciência para o progresso da humanidade. Conforme dito, Skinner foi um defensor irrevogável de uma ciência do comportamento. Nietzsche, em não raras ocasiões, a condenou. Para o filósofo, o ideal ascético inerente à ciência e inaugurada com o advento do Darwinismo, a conduzia a uma espécie de autodesvalorização do homem, quando a colocara na mesma medida e com a mesma importância que os outros animais. Vê-se quão abrupta é a ruptura:

Precisamente a autodiminuição do homem, sua vontade de diminuir-se, não se acha em avanço irresistível desde Copérnico? Oh, a crença em

sua dignidade, singularidade, insubstituibilidade na hierarquia dos seres se foi – ele se tornou bicho, animal, sem metáfora, restrição ou reserva, ele, que em sua fé anterior era quase Deus [...] Toda a ciência, a natural tanto quanto a inatural, [...] propõe-se hoje a dissuadir o homem do seu apreço que até agora teve por si, como se este fosse uma extravagante presunção. (NIETZSCHE, 2009, p. 133).

Divergências e convergências quanto a concepção de ciência em Pedro Demo e B. F. Skinner

Conforme sabido, Skinner classificou sua versão do Behaviorismo como uma ‘filosofia da ciência do comportamento’. Logo, ele próprio, como seu elaborador, talvez deva ser considerado também um filósofo. Alguns autores eventualmente dissertaram acerca de possíveis relações entre filosofias da ciência distintas e o Behaviorismo Radical. Apesar dos vários teóricos existentes no âmbito da Filosofia da Ciência, não será estabelecido neste breve artigo um amplo diálogo de Skinner com os filósofos Thomas Kuhn e Karl Popper e tantos outros, considerando suas respectivas concepções de ciência. A concepção de Karl Popper sobre o Behaviorismo, por exemplo, era demasiadamente inaccurada, a despeito da relevância do teórico quanto a concepção de ciência e progresso científico, o que dispensaria significativo esforço metodológico em estabelecer possíveis entrelaçamentos com a teoria skinneriana.

Embora Skinner (1998, p. 12) comumente ressalte a ciência como um “conjunto de atitudes que envolvem aceitar os fatos [...], e não o que possa ser dito sobre eles”, e que tais leis na verdade se tratam de descrições úteis e precisas de contingências que nos capacite a agir melhor sobre o mundo (2006), Skinner também costumava afirmar que a descrição é apenas um estágio inicial, posto que a ciência objetiva principalmente a busca de regularidade entre eventos, de forma que possa prevê-los e, na medida do possível, controlá-los. Ainda que leve

em conta que a ignorância não é em si louvável, parece considerar que a humildade resultante da ignorância é uma característica importante para o progresso da ciência: “os cientistas descobriram também o valor de ficar sem uma resposta até que uma satisfatória possa ser encontrada” (SKINNER, 1998, p. 14). Como já dito, concebia a ciência do comportamento, tanto em sua expressão qualitativa quanto quantitativa, como uma ciência natural, visto que não requeria um método especial para estudar fenômenos que são materiais em sua natureza (concepção essa compartilhada por John Watson). Para o mesmo, o processo de descoberta científica é diferente de outros saberes (filosófico, artístico ou teológico), posto que “é a única ao mostrar um progresso cumulativo” (SKINNER, 1998, p. 11). Apesar das divergências entre Popper e Skinner, é importante considerar que a crença em uma ciência que progride perpassava ambos os autores. Popper também afirmou que “na ciência há progresso. Isso tem a ver com o fato de a ciência ter uma meta. A ciência é a busca da verdade, e sua meta é a aproximação da verdade.” (POPPER, 2006, p. 295). Diferentemente de Skinner, Popper (2006) estava mais propenso a verificar uma proximidade entre arte e ciência, considerando o mito como *locus* originário de ambas as produções humanas. Evidentemente, poucos autores criticaram tão coerentemente a concepção de desenvolvimento-por-acumulação quanto Thomas Kuhn (2009).

Distintamente da compreensão dedutivista popperiana, a ciência do comportamento é indutiva, pois “começa, como todos nós começamos, por observar episódios singulares, mas rapidamente avança para a regra geral, para a lei científica” (SKINNER, 1998, p. 14). Justifica esta ideia ao relatar o comportamento infantil da descoberta, aonde, quando criança, vamos aprendendo ‘leis’ (p.e., a lei do movimento e da geometria espacial) ao nos comportarmos manipulando os objetos que estão ao nosso redor. Regras gerais são derivadas de nossas

experiências singulares, de forma que outras pessoas possam também agir eficazmente sobre o ambiente; Para chegar a essa conclusão, Skinner remete a um exemplo que atribui ao Ernst Mach:

As leis mais antigas da ciência foram provavelmente as regras que os artífices e artesãos usaram para ensinar os aprendizes. [...] Aprendendo a regra o aprendiz poderia lidar com casos particulares à medida que aparecessem” (SKINNER, 1998, p. 14).

Só então que, em uma etapa posterior, a ciência avançará de um conjunto disperso de leis e regras para um modelo sistemático mais amplo, onde as leis e regras se arranjam em uma relação de interdependência. E quanto à questão da singularidade ‘versus’ generalidade, para Skinner o fato da ciência se preocupar com o geral não anularia a singularidade do indivíduo, assim como as riquezas e peculiaridades características do ‘estudo de caso’ (SKINNER, 1998).

Entretanto, as regras ou conhecimento científico formuladas a partir de descrições de contingências são necessariamente imprecisas, posto que são apenas descrições e nunca as próprias contingências. A ampliação ou a refutação de uma teoria científica está, portanto, condicionada a ocorrência de novos comportamentos exploratórios do cientista, em um movimento contínuo de reformulação das leis formuladas (LAURENTI, 2004). O sucesso de uma teoria consiste em ser selecionada pelo ambiente no instante em que contribui para solucionar os problemas de uma cultura.

Outros autores são menos objetivistas, a exemplo de Pedro Demo, possivelmente devido a ênfase em questões pertinentes à sociologia do conhecimento do que em questões particularmente metodológicas. Embora Demo acredite que na ciência deva-se predominar a cientificidade e menos ideologização, o critério intrínseco partícipe da construção científica em ciências sociais é a ideologia, visto que uma ciência social nasce como justificção da manutenção de um poder vigente. Afirmou

que “desde logo aceitamos que não podemos ser objetivos, porque a ideologia está, em ciências sociais, no âmago do sujeito e do objeto” (DEMO, 1985, p. 37). A intersubjetividade perpassa a produção de conhecimento quando faz-se presente como a opinião vigente sobre um objeto ou tema (como, por exemplo, na relação desigual entre orientador e orientando na produção de uma tese, ou no processo de seleção de livros e artigos, segundo a ideologia da editora responsável pela publicação). Demo, inclusive, chega a afirmar que na ciência tudo é discutível, sobretudo nas ciências sociais, o que se configuraria não como fraqueza, mas como peculiaridade (DEMO, 1995).

A postura de Demo com relação à natureza das ciências humanas e sociais difere da atribuída às ciências exatas ou naturais, o que se revela conflitante com a concepção skinneriana de ciência. Pedro Demo defende uma ciência humana e social com espaço próprio e idiossincrático da produção científica: para ele, existem características de tal ciência incapazes de se reduzir a realidade exata ou natural. Algumas singularidades a que a tese se baseia são listadas, a exemplo: o caráter histórico do objeto (o que implica em ‘provisoriamente processual’, ou seja, um interminável vir-a-ser do objeto humano em contraste com o objeto inexorável das ciências exatas); a consciência histórica; a manifestação mais qualitativa da realidade; e a identidade entre sujeito e objeto (DEMO, 1985).

Embora Demo acredite que uma visão determinista do comportamento humano anularia a liberdade de iniciativa do homem (perspectiva essa veementemente contestada pela metacrítica behaviorista), Pedro Demo aproxima-se de Skinner quando considera relevante o senso de regularidade como princípio de produção do conhecimento acadêmico:

Temos a crença de que a dinâmica dos fenômenos não é algo caótico, que acontece dentro do inesperado, totalmente imprevisível; ao contrário,

associamos à ideia de movimento a de movimento ordenado. A história não é veleidade; é forma ordenada de acontecer. Assim, não conseguimos explicar a variação, se não descobirmos como invariavelmente varia (DEMO, 1985, p. 56).

Entretanto, embora mantenha a concepção de ciência nomotética, isto é, que a ciência detem-se na formulação de leis a partir de fenômenos regulares, Pedro Demo parece considerar que as ciências sociais devam assumir um modelo de determinismo brando, que admita o probabilismo como explicação dos fenômenos humanos. Logo, o autor ressalta que não tratamos de uma realidade estritamente determinada, mas socialmente condicionada. Embora de natureza intrinsecamente probabilista, à ciência social também cabe a previsão e o controle, tendo em vista a regularidade dos eventos comportamentais (DEMO, 1985).

A despeito de ocasionais aproximações teóricas, Pedro Demo critica o behaviorismo (sem deixar evidente qual das facetas existentes é objeto de crítica) pela sua natureza empiricista, que para o mesmo é uma metodologia de construção científica superficial, posto que a realidade nem sempre se revela no dado imediato da realidade. Para o autor, “o Behaviorismo, que é uma expressão empirista, reduz a personalidade a seu comportamento externo” (DEMO, 1985, p. 102). Fica claro que, se o autor trata do Behaviorismo Radical, veicula uma incompreensão de sua proposta ontológica e metodológica, assim como das noções de comportamento e ambiente que o Behaviorismo pressupõe.

Considerações finais

Em Filosofia se aprende que o objetivo da reflexão não consiste em delimitar uma única solução, mas em formular saberes coerentes, concatenados, justificados. Portanto, o presente trabalho não apresenta caráter conclusivo, mas introdutório, tendo-se em vista a

diversidade de variáveis responsáveis pela produção e manutenção da filosofia da ciência do comportamento. Os autores que trataram do possível entrelaçamento da Filosofia com o Behaviorismo Radical são vários, mas, contraditoriamente, a atenção dada a questões filosóficas ainda é relegada a segundo plano na comunidade acadêmica. Produzir análises contextuais respaldadas historicamente, abarcando potenciais convergências e eventuais divergências, se apresenta como meio eficaz de reconstruir e identificar os aspectos dinâmicos diversos desta ciência.

Referências bibliográficas

- CARRARA, K. Causalidade, relações funcionais e contextualismo: algumas indagações a partir do behaviorismo radical. *Interações*. 2004, 9 (17), 29-54.
- DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985. (obra original publicada em 1983).
- DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995. (obra original publicada em 1980).
- GUIMARÃES, R. P. Algumas relações entre behaviorismo radical e determinismo: uma análise de publicações de diferentes autores. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*. 2008, 4 (1), 89-110.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009. (obra original publicada em 1962).
- LATTAL, K. A. Ciência, tecnologia e análise do comportamento.
- ABREU-RODRIGUES, J; RIBEIRO, M. R (org.). *Análise do comportamento: pesquisa, teoria e aplicação*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- LAURENTI, C. Criatividade, liberdade e dignidade: impactos do darwinismo no behaviorismo radical. *Scientiæ Zudia*, 2009, 7 (2), 251-69.
- LAURENTI, C. Determinismo, probabilidade e análise do comportamento. *Temas em Psicologia*. 2008, 16 (2), 171-183.

LAURENTI, C. *Hume, Mach e Skinner: a explicação do comportamento*. Dissertação (mestrado). São Carlos: UFSCar, 2004.

LAURENTI, C; LOPES, C. E. Explicação e descrição no behaviorismo radical: identidade ou dicotomia? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 2009, 25(1), 129-136.

NIETZSCHE, F. W. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (obra original publicada em 1882).

NIETZSCHE, F. W. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (obra original publicada em 1887).

NIETZSCHE, F. W. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (Obra original publicada em 1878).

POPPER, K. R. *Em busca de um mundo melhor*. São Paulo: Martins, 2006.

SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (obra original publicada em 1953).

SKINNER, B. F. *O mito da liberdade*. 3 ed. São Paulo: Summus, 1983.

SKINNER, B. F. *Questões recentes na análise comportamental*. 2 ed. Campinas: Papirus, 1995. (obra original publicada em 1989).

SKINNER, B. F. *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Cultrix, 2006. (obra original publicada em 1974).

TOURINHO, E. Z. Behaviorismo: A produção de conhecimento em psicologia: a análise do comportamento. *Psicologia Ciência e Profissão*. 2003, 23 (2), 30-41.